

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.802.189 - RJ (2019/0065309-3)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**EMBARGANTE : DANIEL COSTA FARAGE**  
**EMBARGANTE : LUCIANA LOPES SOARES FARAGE**  
**ADVOGADOS : FERNANDA NEGROES MOERBECK E OUTRO(S) - RJ120204**  
**LUIZ FELIPE SIQUEIRA CELIDONIO - RJ143864**  
**PEDRO LUIZ SARAIVA RODRIGUES - RJ146607**  
**EMBARGADO : CONDE DE BRAGANCA EMPREENDIMENTOS**  
**IMOBILIARIOS SPE LTDA**  
**ADVOGADOS : MARCÍLIO AFONSO LUSTOSA VIEIRA E OUTRO(S) -**  
**RJ004652**  
**FRANCINE BARRETO VIEIRA ASSUMPÇÃO - RJ152465**  
**NATASHA ANNIBAL NEVES - RJ223220**

**DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração, opostos por **DANIEL COSTA FARAGE** e **LUCIANA LOPES SOARES FARAGE**, contra decisão de fls. 718/721, de relatoria deste signatário, que deu parcial provimento ao recurso especial da construtora tão somente para excluir a indenização a título de dano moral.

Apontam os embargantes a ocorrência de dano moral, porquanto o empreendimento em questão seria a primeira moradia do casal e, com o atraso na entrega, tiveram que morar com parentes.

É o relatório.

Decido.

Os embargos de declaração não merecem acolhimento, visto que os embargantes não demonstraram a existência de vício a macular o julgado, possuindo o recurso nítido caráter infringente.

**1.** Com efeito, nos estreitos lindes do artigo 1.022 do CPC/2015, o recurso de embargos de declaração objetiva somente suprir omissão, dissipar obscuridade, afastar contradição ou sanar erro material encontráveis em decisão, ou acórdão, **não podendo ser utilizado como instrumento para a rediscussão do julgado**. Nesse sentido, confira-se os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. CARATER PROTETÓRIO. MAJORAÇÃO DA MULTA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. 1. Inexistentes as hipóteses do art. 535 do CPC/73, e 1.022 do NCPC, não merecem acolhida os embargos de declaração que têm nítido caráter infringente. 2. Os embargos de declaração não se prestam à manifestação de inconformismo ou à rediscussão do julgado. 3. Inexistindo a alegada omissão no acórdão embargado, mostra-se incabível o acolhimento dos aclaratórios. Precedentes. 4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg na PET no CC 133.509/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO,

SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/05/2016, DJe 18/05/2016) [grifou-se]

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 1.022 E INCISOS DO CPC DE 2015. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1. Depreende-se do artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil que os embargos de declaração são cabíveis quando constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição, omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o julgador, ou até mesmo as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida. Não se prestam os aclaratórios ao simples reexame de questões já analisadas, com o intuito de meramente dar efeito modificativo ao recurso. 2. No caso dos autos não ocorre nenhuma das hipóteses previstas no artigo 1.022 do novo CPC, pois o acórdão embargado apreciou as teses relevantes para o deslinde do caso e fundamentou sua conclusão. [...] 4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no AREsp 860.920/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/06/2016, DJe 07/06/2016) [grifou-se]

Na hipótese em foco, o *decisum* embargado não possui vício a ser sanado por meio de embargos de declaração, visto que esta eg. Quarta Turma decidiu a controvérsia com base no entendimento adotado no âmbito desta Corte, sendo clara na sustentação das razões do desprovimento do agravo interno.

Consoante consta do acórdão ora embargado, proferido com amparo na jurisprudência desta Corte, a exclusão da indenização a título de dano moral ocorreu porque no caso de atraso na entrega de imóveis, este deve ser comprovado, o que não foi o caso dos autos.

Com efeito, o aresto proferido em sede de agravo interno demonstrou exaustivamente as razões do não conhecimento do recurso, motivo pelo qual se verifica que os aclaratórios ora apresentados pelos recorrentes visam unicamente atribuir desfecho favorável a sua tese, com a rediscussão do julgado, o que resta vedado na estreita via recursal sob foco.

Deste modo, não se vislumbra quaisquer das máculas do artigo 1.022 do CPC/2015 na decisão hostilizada, cuidando-se o presente reclamo de mera irresignação da parte quanto à solução adotada, o que resta vedado na estreita via recursal sob foco.

2. Do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator